PROBLEMATA
International Journal of Philosophy

Problemata - Revista Internacional de Filosofia
v. 17. n. 2 (2026), p. 59-68 ISSN 2236-8612
doi:10.7443/problemata.v17i2.79731

REFLEXÕES SOBRE AS SUBJETIVIDADES DE MULHERES NEGRAS EM ANGELA DAVIS E LÉLIA GONZALEZ

REFLECTIONS ON THE SUBJECTIVITIES OF BLACK WOMEN IN ANGELA DAVIS AND LÉLIA GONZALEZ

Mônica Jaciene do Nascimento Macêdo[1]
Flávio de Carvalho[2]

Resumo:

O artigo propõe uma reflexão sobre o lugar social da mulher negra a partir do diálogo com as filosofias de Angela Davis e Lélia Gonzalez. A análise adota como ponto de referência a construção da subjetividade da mulher negra, parte da compreensão de que raça, classe e gênero operam de forma imbricada na produção histórica das desigualdades e são fundamentais para interpretar as experiências das mulheres negras. Com base em Davis, o texto examina a herança da escravidão e seus desdobramentos na constituição da mulher negra como sujeito marcado por múltiplas violências, entre elas a exploração do trabalho e a violência sexual. Destaca-se a crítica à exclusão das mulheres negras do feminismo hegemônico, bem como a necessidade de uma abordagem interseccional para compreender suas condições históricas. A partir de González, o texto enfatiza a noção de amefricanidade e o papel da memória ancestral na construção de identidades e resistências, além de apresentar uma crítica ao eurocentrismo e ao epistemicídio das culturas afro-brasileiras. Por fim, o texto propõe um direcionamento dessas ideias para o ambito pedagogico baseada nos referenciais do feminismo negro, com o objetivo de promover o reconhecimento, a valorização das identidades e a formação crítica dos estudantes. Defende-se que a inclusão dessas perspectivas contribui para o combate ao racismo estrutural e para a construção de uma educação mais inclusiva, dialógica e emancipatória.
Palavras-chave: Subjetivação. Interseccionalidade. feminismo negro. amefricanidade

Abstract:

This article proposes a reflection on the social place of Black women through a dialogue with the philosophies of Angela Davis and Lélia Gonzalez. The analysis adopts as its point of reference the historical and existential construction of the subjectivity of Black women. The analysis starts from the understanding that race, class, and gender operate in an intertwined way in the historical production of inequalities and are fundamental to interpreting the experiences of Black women. Based on Davis, the text examines the legacy of slavery and its unfolding in the constitution of Black women as subjects marked by multiple forms of violence, including labor exploitation and sexual violence. It highlights the critique of the exclusion of Black women from hegemonic feminism, as well as the need for an intersectional approach to understand their historical conditions. Based on Gonzalez, the text emphasizes the notion of Afro-Americanity and the role of ancestral memory in the construction of identities and resistance, in addition to presenting a critique of Eurocentrism and the epistemicide of Afro-Brazilian and Indigenous cultures. Finally, the text proposes an intervention in philosophy teaching based on the frameworks of Black feminism, with the aim of promoting the recognition and appreciation of identities and the critical formation of students. It argues that the inclusion of these perspectives contributes to combating structural racism and building a more inclusive, dialogical, and emancipatory education.
Keywords: Subjectivation. Intersectionality. Black feminism. Afro-American identity

[1] Mestranda em Filosofia (PROF-FILO/UFCG). Atualmente é professora de história da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Presidente Costa e Silva. Email: macedomonica144@gmail.com, Lattes: http://lattes.cnpq.br/4998515923189281
[2] Doutor em Filosofia. Professor do Curso de Filosofia da Universidade Federal de Campina Grande e do PPG PROF-FILO. Campina Grande – PB – Brasil. Email: flavio.carvalho@ufcg.edu.br, Lattes: http://lattes.cnpq.br/1219291457473728

Introdução

O artigo visa dialogar com questões contemporâneas inerentes ao ser mulher negra, de acordo com a perspectiva de Angela Davis e Lélia Gonzalez. Pretendemos, inicialmente, apresentar a mulher negra a partir das obras *Mulheres, raça e classe*, de Angela Davis, e *Por um feminismo latino-americano*, de Lélia Gonzalez. A esse respeito, buscamos pensar o lugar social, as lutas antirracistas e a construção filosófica dos conceitos discutidos por essas autoras, sobretudo orientados pela interseccionalidade. Pretendemos, igualmente, oferecer um caminho possível para a familiarização e o reconhecimento das subjetividades plurais dos estudantes, com destaque para as negras.

Além disso, nos apropriamos das contribuições do pensamento das autoras para refletir sobre as categorias ligadas à participação das mulheres negras na luta por uma sociedade mais inclusiva. Assim, pensamos oportunizar uma prática de ensino filosófico que corresponda ao reconhecimento das subjetividades e da ancestralidade, em sua relação com a população negra. Desse modo, buscamos indicar possibilidades de aproximação com o passado e com as tradições, apresentando os pontos de imbricação com as culturas afro-brasileiras, em diálogo com a cultura afro-americana.

Nesse sentido, tal reflexão contribui para o aprofundamento da compreensão das subjetividades do povo negro, na medida em que evidencia as mulheres negras como agentes históricos, tal como descritas por Angela Davis, cuja análise filosófica ressalta uma sondagem da condição de mulher negra ao longo da história. Com base no pensamento de Angela Davis e Lélia Gonzalez, o texto examina como a herança da escravidão marcou a mulher negra com múltiplas violências, criticando a exclusão sofrida no feminismo hegemônico e apoiada numa abordagem interseccional. Apoiando-se em Lélia Gonzalez, a análise enfatiza o conceito de amefricanidade e a centralidade da memória ancestral na construção de identidades e resistências. Essa perspectiva fundamenta uma crítica contundente ao eurocentrismo e ao epistemicídio, processos responsáveis pelo apagamento sistemático das culturas afro-brasileiras. Através desses conceitos, propõe-se uma crítica ao eurocentrismo e ao epistemicídio das culturas afro-brasileiras. Como resposta a esse cenário, propõe-se transpor as referências do feminismo negro para o ambiente pedagógico durecionadas a promover a formação crítica, o reconhecimento das identidades em oposição ao racismo estrutural, consolidando uma proposta de ensino filosófico.

Angela Davis: as formações das subjetividades negras no contexto pós emancipação

Diante disso, é relevante fazermos uma reflexão sobre as condições sociais que foram impostas às mulheres negras dos Estados Unidos (EUA), vistas aqui sob a perspectiva de Angela Davis, na obra *Mulher, raça e classe*. Inicialmente, convidamos o leitor a pensar sobre o contexto pós-emancipatório dos negros e das negras nos EUA, da segregação imposta aos mesmos nos períodos subsequentes que desencadearam a segregação do povo negro. Em vista disso, nossa reflexão se desenvolve a partir das subjetividades das mulheres negras, em oposição ou ainda como denúncia à tripla opressão a que eram submetidas, e enfatizar sua atuação, como algumas delas se sobressaíram e determinaram em seus horizontes de

expectativas, da sua maneiras, uma nova possibilidade de interpretar a sua realidade, as quais, vale salientar, foram permeadas de estratégias de sobrevivência.

Segundo Angela Davis (2016), o legado da mulher negra decorrente do processo de escravização foi marcado por violência física e simbólica, que resultou em condições sociais que promoveram dentro das condições históricas vigentes na escravização o silenciamento das subjetividades negras. Em decorrência disso, (de início no processo da construção dos pressupostos para uma feminilidade padronizada), percebemos uma ausência da mulher negra e sua agência incluída nas pautas do feminismo como movimento social em construção. O contexto histórico apresentado nos oferece as condições de observar como as mulheres negras foram direcionadas ao mundo do trabalho similar aos homens da mesma classe, a dos escravizados, e constituíam uma anomalia, se comparadas às mulheres brancas e a ideologia vigente sobre ser mulher.

A partir de uma perspectiva filosófica, observa-se que a exploração das mulheres negras não se limitava ao trabalho, mas incluía também a violência sexual; em alguns casos, essas mulheres foram ainda instrumentalizadas como reprodutoras da força de trabalho. A esse respeito, Angela Davis (2016, p. 19) afirma que "a exaltação ideológica da maternidade, tão popular no século XIX, não se estendia às escravas". A violência sexual contra mulheres negras constituiu um mecanismo estruturado de disciplina e controle de seus corpos. Esse processo operou simultaneamente como estratégia de dominação e como forma de desarticular a autoridade masculina negra, ao mesmo tempo em que reforçou as estruturas de poder da classe senhorial e contribuiu para a perpetuação dessas hierarquias no contexto do capitalismo.

Temos aqui uma crítica ancorada em um processo histórico de desumanização, analisado aqui de forma interseccional, que se estruturava da seguinte maneira: a população negra era submetida a uma condição de dupla opressão, na medida em que, como classe social, enfrentava o racismo; por sua vez, a mulher negra vivenciava uma condição de tripla opressão, pois, além de partilhar dessa posição de classe, era atravessada pela violência sexual e pela opressão de gênero.

Na condição de mercadorias, essas mulheres foram inseridas no processo de desenvolvimento do capitalismo mercantil, mantidas na transição para o capitalismo industrial e tiveram essa condição projetada na contemporaneidade, dadas as condições sociais em que a população negra vive em comparação com a população branca. A feminilidade, pensada de forma crítica, insere-se nessa perspectiva sociocultural como um subproduto da industrialização. Nessa mesma linha de pensamento, as mulheres negras foram situadas em posições distintas em relação às mulheres brancas, sendo deslocadas para um outro contexto histórico. Simultaneamente, observa-se que as identidades impostas às mulheres, após a instalação do capitalismo industrial, foram marcadas pela ideia de inferioridade, atreladas aos espaços privados, afastadas do mundo do trabalho, diferentemente das mulheres negras que na maioria dos casos tiveram a sua existência impregnada ao trabalho como modo de sobrevivência.

As constituem referências na transmissão de conhecimentos e nas práticas de resistência frente às condições anteriormente descritas. Ademais, afastamo-nos da ideia de uma suposta colaboração das mulheres negras com seus senhores, bem como do mito do matriarcado negro, ao considerar que a comercialização de seres humanos as impediu de constituir uma família nos moldes da ideologia vigente. A

elas coube resistir: enfrentar a noção de inferiorização associada à condição biológica feminina, combater o estupro como instrumento de dominação e denunciar uma estrutura de silenciamento construída a partir de uma posição econômica que pressupunha o acesso irrestrito aos corpos das mulheres negras.

> As mulheres negras eram mulheres de fato, mas suas vivencias durante a escravidão-trabalho pesado ao lado de seus companheiros, igualdade no interior da família, resistência, açoitamentos e estupros - as encorajaram a desenvolver certos traços de personalidade que as diferenciavam da maioria das mulheres brancas (Davis, 2016, p. 39)

Na perspectiva da análise interseccional feita por Angela Davis (2016), coube ao lugar social da mulher negra fomentou "traços de personalidade" adaptados a resistir às violências a que eram submetidas, articulou de forma explícita uma vivência capaz de oportunizar a sobrevivência e estabeleceu ligações com seus valores ancestrais, estimulou entre elas uma definição singular de mulher, a da mulher negra. Embora o contexto apresentado pela autora apresente o processo sufragista nos EUA, em sua gênese, apesar de reconhecer sua agenda a causa abolicionista, mostrou-se omisso em relação às pautas direcionadas às mulheres negras, sobretudo no âmbito dos direitos civis.

A negligência, por parte do feminismo branco, em discutir a condição das mulheres negras e em formular políticas públicas voltadas a elas, restringiu a criação de mecanismos capazes de promover equidade dentro da categoria de gênero. Além disso, contribuiu para a manutenção de um lugar social que perpetua as violências herdadas do período escravocrata, agravadas pela condição específica de ser mulher negra. Assim, enquanto as mulheres do movimento feminista acima citado lutavam pelo direito de trabalhar fora do lar e de votar, a mulher negra tinha apenas a opção de trabalhar, seguindo uma lógica de ausência de escolhas, semelhante à de suas ancestrais escravizadas. É relevante refletir sobre como essa estrutura social justificava a exploração das mulheres negras, por meio de mecanismos que legitimam sua inserção no trabalho doméstico e na servidão.

A mulher negra, na perspectiva de Angela Davis, é atravessada por uma interseção que permite compreender que ser mulher, sob a perspectiva racial, delimita uma experiência de gênero distinta daquela atribuída à mulher branca. Por isso, é de suma importância realizar uma análise interseccional que evidencie como a raça informa a classe e, sobretudo, que não dissocie gênero, raça e classe.

Nesse sentido, a abordagem interseccional proposta por Angela Davis oferece um referencial fundamental para compreender as múltiplas determinações que atravessam a experiência das mulheres negras não de modo generalizado, mas atenta às singularidades que perpassam as condições de sobrevivência delas. Nesse sentido, ao deslocarmos essa reflexão para o contexto brasileiro, torna-se necessário considerar as especificidades históricas e culturais que configuram o racismo e as desigualdades no país. É nesse ponto que o pensamento de Lélia Gonzalez se mostra central, ao articular raça, gênero e classe a partir de uma perspectiva situada na realidade latino-americana, permitindo aprofundar a análise sobre o lugar social da mulher negra no Brasil a partir da sua forma de experienciar o mundo ao seu redor, como também a denúncia social presente em sua militância expressa nos conceitos por ela abordados.

Lélia Gonzalez: uma mulher a tempo de ressignificações

Quem foi Lélia Gonzalez e qual o lugar social da mulher negra na sociedade? Inicialmente, convidamos o leitor a pensar quais posições sociais estavam reservadas a uma mulher negra, oriunda de uma família pobre e moradora de uma área periférica do Brasil. A autora afirma o seguinte:

> A barra é pesada. Eu sou uma mulher nascida de uma família pobre, meu pai era operário, negro, minha mãe uma índia analfabeta. Tiveram 18 filhos e eu sou a décima sétima. E acontece que nessa família todos trabalhavam, ninguém passava da escola primária, mesmo porque o esquema ideológico internalizado pela família era este: estudava-se até a escola primária e, depois, todo mundo ia à batalha em termos de trabalho para ajudar a sustentar o resto da família (Gonzalez, 2020, p.286)

No entanto, constata-se, na fala da autora, que já havia um lugar social preestabelecido para ela enquanto mulher negra. Ao mesmo tempo, essa reflexão permite pensar criticamente as estruturas sociais que instituíram o racismo estrutural, bem como o modo como a apropriação de seu lugar de fala produziu impactos positivos em sua trajetória, afastados de uma lógica meritocrática. Tais fatores foram importantes para fundamentar o engajamento na luta por justiça social, igualdade e equidade de gênero.

Em virtude disso, percebemos que, embora a autora tenha sido vítima de violências sociais, psicológicas e simbólicas, organizou seu processo de produção de conhecimento com centralidade na experiência das mulheres negras ao longo de sua trajetória. Nessa perspectiva, trilhou um retorno à ancestralidade como estratégia de sobrevivência diante da estrutura impositiva do racismo.

A esse respeito, destacamos seu protagonismo, alicerçado em um processo histórico que conferiu centralidade às contribuições históricas e culturais de negros e negras para o novo mundo (América Latina), pensado aqui no contexto do Brasil. Nessa mesma perspectiva, evidencia-se a importância das mulheres negras como agentes de resistência à escravidão e, ao mesmo tempo, como mediadoras de práticas sociais voltadas à conquista de sua liberdade e à de seu povo.

Acerca desse processo de exclusão e das estratégias de sobrevivência, devemos afirmar o reconhecimento das mulheres como porta-vozes da amefricanidade, entendida como um espaço aberto às subjetividades inerentes ao povo negro, interligadas à cultura de nosso país. Nesse contexto, evidencia-se a importância das mulheres negras como agentes de resistência à escravidão e, ao mesmo tempo, como protagonistas de iniciativas voltadas à conquista de sua liberdade. É possível vislumbrar uma reflexão crítica sobre a abolição da escravidão no país, bem como reconhecer as mulheres como porta-vozes da amefricanidade no Brasil.

Nesse sentido, o lugar da mulher negra precisa ser construído afastado de uma postura sexista e racista decorrente do modelo ariano de sustentação da sociedade estabelecido no processo de colonização. Para cunhar novos caminhos, é necessário adotar, ao refletirmos sobre a mulher afro-brasileira, uma postura de escuta atenta e dialógica com sua memória ancestral apresentada por González(2020), que denuncia a exclusão da mulher negra dos parâmetros do feminismo, submetidas à tripla opressão racial e social, somadas à exploração de classe, situadas à margem do feminismo tradicional dos padrões que

impulsionaram um ocultamento da sua história e um projeto de apagamento da sua cultura e memória ancestral. Simultaneamente, a referida autora aponta como é importante ressaltar o feminismo negro, vinculado à mulher negra cuja resistência esta intrinsecamente alicerçada na sua memória ancestral.

> Em consequência, a opressão racial e a exploração de classe ficam devidamente esquecidas nos porões de uma sociedade cujo sistemas de classificação social e econômico fazem da mulher negra o foco, por excelência, de sua prevenção. Esquecer isso é negar toda a história feita de resistências de lutas, em que essa mulher tem sido protagonista graças a sua dinâmica de uma memória cultural ancestral (que nada tem a ver com eurocentrismo desse tipo de feminismo) (Gonzalez, 2020, p.268)

Diante dessa situação, a compreensão da sociedade, de acordo com Lélia Gonzalez, pauta-se na centralidade da memória das lutas e resistências ligadas à ancestralidade, as quais se articulam às culturas africanas. Essa perspectiva nos coloca em oposição ao pensamento europeu que se pretendia hegemônico e que, nesse processo, promoveu um epistemicídio das representações culturais constituídas no Brasil, resultantes da fusão entre matrizes africanas e indígenas, marcada por processos violentos de escravização. Com relação à categoria de amefricanidade, concordamos com a autora ao pensar uma cultura brasileira que deve ser valorizada por incorporar contribuições das matrizes africanas e indígenas:

> Introduzimos a categoria de amefricanidade e caracterizamos o termo amefricanos/amefricanos como nomeação de todos os descendentes dos africanos que não só foram trazidos pelo tráfico negreiro, como daqueles que chegaram à América antes de seu "descobrimento" por Colombo (Gonzalez, 2020, p. 265)

Em vista disso, entendemos a relevância das singularidades culturais constituídas no território brasileiro por meio de uma convivência dialógica entre diferentes matrizes étnicas, envolvendo povos originários e aqueles provenientes da África. Acreditamos, assim como Lélia Gonzalez, que a articulação desses valores socioculturais conferiu ao Brasil uma composição singular em relação aos demais países da América Latina. Sobre essa composição, a autora a denomina amefricanidade, entendida como uma expressão cultural que perpassa e articula essas matrizes, conferindo uma interpretação particular aos modos de viver constituídos no contexto brasileiro. Vale salientar que, tais composições sociais têm referência a valores herdados de sociedades africanas, nas quais as mulheres não ocupavam um lugar social de subordinação ou discriminação em relação ao gênero.

Nessa perspectiva, a referida autora apresenta a noção de mulherismo, pensada não em oposição ao feminismo de forma geral, mas como uma possibilidade de compreender o lugar social da mulher no Brasil, considerando suas sensibilidades, e como denuncia as diferentes camadas de subordinação impostas pelos saberes eurocêntricos. Portanto, a abordagem da autora se orienta por valores que lhe são mais próximos, como solidariedade, coletivismo e sabedoria ancestral.

> Herdeiras de uma outra cultura ancestral, cuja dinâmica histórica revela a diferença pelos vieses das desigualdades raciais, elas, de certa forma, sabem

> mais de mulheridade do que de feminilidade, mulherismo do que feminismo. Sem contar que sabem mais de solidariedade do que de competição, de coletivismo do que de individualismo (Gonzalez, 2020, p. 269)

O conceito de mulherismo, proposto pela autora, é elaborado na perspectiva de uma análise interseccional, uma vez que se constitui a partir da intersecção de diferentes identidades sociais, vinculadas a sistemas de dominação e, em alguns casos, de discriminação. Esses processos derivam da construção de identidades políticas e culturais que articulam, de forma individual ou coletiva, os aspectos de classe, raça e gênero, todos relacionados às suas raízes ancestrais. Além disso, é possível perceber, em sua formulação, uma crítica ao feminismo eurocentrado, especialmente no que diz respeito à não inclusão das subjetividades das mulheres negras.

Nesse sentido, a autora apresenta uma denúncia de como a escola se mostrava excludente, distante de acolher as meninas negras em seu interior; é, ainda, deficiente na construção de condições que possibilitaram a continuidade dos estudos. As meninas negras pobres, em sua maioria, não eram plenamente integradas à sociedade nem tinham assegurados os direitos à educação e ao desenvolvimento de suas habilidades. Sobretudo, não dispunham de condições sociais que lhes permitissem manter uma rotina de estudos e acessar espaços de poder para si e para os seus.

Lélia Gonzalez (2020, p.160) defende que o reconhecimento é essencial para o desenvolvimento da identidade e da autoestima. Nessa perspectiva, percebemos que a rejeição vivida por meninas negras no ambiente escolar, bem como a dificuldade de assumirem sua identidade diante de sua negação social, comprometem sua identificação enquanto negras, como também seu desempenho acadêmico, uma vez que esse lugar é marcado por violência simbólica associada aos padrões de beleza brancos. Em vista disso, propomos que a escola deve valorizar a diversidade racial e cultural e eliminar ações racistas, do ambiente escolar, as estruturas de exclusão que afetam diretamente o pertencimento dessas crianças e produzem insensibilização em relação às identidades negras.

Para combater fatores como evasão escolar, associados ao trabalho infantil para poder complementar as rendas em casa, percebemos a questão da injustiça simbólica da qual compromete a ideia de escola como um ambiente de equidade. E que às vezes a escola não está atenta a especificidade dessas meninas negras que trazem consigo uma perpetuação de estigmas e desigualdades sociais que foram gerados dentro do processo de escravização dos seus antepassados.

Portanto, entendemos que meninas negras, sobretudo, são vítimas de várias violências estruturais, apresentadas em múltiplas camadas de exclusão, tais como: racismo, machismo e sobretudo a pobreza e acrescentamos que, essas barreiras podem em alguns casos interferir ou até mesmo cercear seu acesso e permanência na escola. Ademais, criar barreiras simbólicas na formação de olhares afirmativos, e nesta mesma condição, influir negativamente no seu autoconhecimento enquanto negras e a construção de sua identidade enquanto mulher negra.

Então, aqui sugerimos a implantação de mecanismos que fomentem o reconhecimento, justiça e inclusão das subjetividades negras na educação. Criar dispositivos para que a educação possa dar condições para emancipar essas meninas, tal conceito está atrelado a denúncia da violência que era praticada por uma educação bancária que não dialoga com as realidades dessas pessoas inseridas no processo educativo capaz de reconhecer e valorizar as subjetividades dessas meninas negras dentro do processo educativo.

Considerações finais

As reflexões filosóficas reunidas neste artigo permitem compreender os múltiplos sistemas de opressões, posicionadas em interseções que se cruzam ao ser mulher negra nas concepções da Lélia González e da Angela Davis Infere-se nas duas autoras que há uma crítica direta à exploração das trabalhadoras negras, que foram colocadas em lugares de vulnerabilidade social mesmo imersa no processo de emancipação e isso não impediu que houvesse uma exploração estrutural que infelizmente as levou da escravização para o trabalho doméstico.

A esse respeito é necessário apreender como a biopolítica se legitima por meio do epistemicídio[3] de sua cultura, das suas línguas e de pessoas negras, e para designar os sentidos da colonização estruturada através dos padrões sociais e culturais eurocêntricos, promoveram um epistemicídio das culturas afro-brasileiras e indígenas dos povos nativos. Davis e González, de acordo com o contexto histórico-geográfico, lutaram com seus discursos filosóficos contra esses domínios epistemológicos. No sentido de visibilizar e compreender a violência que foi estruturada a partir da colonização contra os corpos negros como estrutura de uma ação social que sustenta às hierarquias raciais, vista na hierarquia entre brancos e negros.

As estratégias de estruturação desse epistemicídio ou, em outras palavras do "fazer morrer" foram materializados em práticas por ações com, por exemplo, discriminação nos processos educativos, negação de sua capacidade de aprender desqualificação dos seus saberes e conhecimentos ancestrais. Esses fatores atuaram de forma sistemática que impediram ou atrasaram o processo de emancipação política dos povos negros e negras do continente americano.

Ao analisarmos os saberes que são propagados através da educação brasileira aos nossos filhos reflete um referencial epistemológico de predominância branca e Europeia dos quais de forma indireta promovem um silenciamento é uma designação da epistemologia negra. As contribuições de Gonzalez e Davis nos fazem repensar conceitos: herança colonial eurocêntrica, intolerância e racismo.

A esse respeito o racismo corresponde a uma estrutura social que determina os fatores de sociabilidade atrelado a uma herança colonial escravocrata que determina comportamentos e extinção do processo educativo, que cria condições para manter uma estrutura de desigualdade social e racial de modo a construir uma estrutura mantenedora da desigualdade racial no Brasil. Pensamos que é na educação que os negros e negras podem ter acesso à sua história pensado aqui uma lógica educacional que possibilita o diálogo com saberes e culturas das populações negras e de sua história atrelado às suas identidades e dos seus ancestrais.

[3] O conceito de epistemicídio abordado por Boaventura de Sousa Santos (1998) de eliminação de conhecimentos considerados "estranhos" ou ainda "indesejados". Aqui no contexto dos saberes de mulheres negras reflete a concepção de um elemento de um "dispositivo de racialidade" que hierarquiza saberes em detrimento da aniquilação de outros abordado pela filósofa Sueli Carneiro na sua tese Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser, 2023. Disponivel em: https://archive.org/details/AConstruoDoOutroComoNoSerComoFundamentoDoSerSueliCarneiro

A desumanização e a objetificação da mulher negra, além de silenciá-las, foi uma força preponderante para situá-las na divisão racial do trabalho. A performance imposta às mulheres negras como empregadas domésticas é apenas um dos pontos fáceis de perceber no racismo estrutural. A lógica dada à manutenção de sua ação social só era permitida em espaços próprios de atuação. Assim, percebemos que a garantia política e intelectual dessas mulheres eram suprimidas pela escala simbólica do pensamento hegemônico.

O racismo enquanto estrutura sistêmica presente de forma simbólica nas relações sociais estabelecidas na sociedade contemporânea permanece presente e atuante não só na sociedade como na estrutura das organizações institucionais e escolas por exemplo. Vale salientar, que o currículo ao excluir autoras como Lélia Gonzalez e Ângela Davis oferece bases de manutenção do racismo como estrutura que demanda a manutenção do preconceito e a delimitação de lugares sociais às mulheres negras limitando o acesso ao conhecimento sobre a existência de subjetividades plurais aos nossos discentes. Para tanto, é de suma importância que os alunos e alunas tenham acesso a conhecimentos sobre temas como feminismo negro, que eles e elas tenham acesso às contribuições conceituais de mulheres negras e sobretudo possam construir um pensamento autônomo sobre os conteúdos propagados por elas.

A obra *Mulheres, raça e classe*, de Angela Davis, permite vislumbrar seu uso como recurso pedagógico, nesse sentido, o livro nos leva a refletir sobre a brutalidade do processo escravagista nos Estados Unidos e possibilita uma análise crítica das violências físicas e simbólicas às quais as mulheres negras foram submetidas. Essa obra possibilita pensar uma prática educativa que orienta e promove a análise do contexto histórico e social, permeada pela experiência da autora enquanto mulher e por seu engajamento político e intelectual.

Nessa mesma direção, abre-se espaço para perceber, de forma objetiva, que o currículo estabelecido pelo Estado não é neutro; sendo assim, cabe a nós, professores (as), compreender a educação como um ato político, orientado para a construção de condições que favoreçam a emancipação dos (as) alunos (as). Adicionalmente, é necessário reconhecer práticas de resistência das mulheres negras, tecidas por meio de propostas políticas incorporadas aos contextos educacionais e que apontam para ações pedagógicas não racistas.

Vale salientar, nessa mesma perspectiva, a importância da construção de uma proposta pedagógica que se adeque a uma análise interseccional das categorias de opressão direcionadas às mulheres negras, especialmente aquelas relacionadas à raça, gênero e classe. Assim, essas dimensões se articulam e delimitam as bases que sustentam as múltiplas desigualdades sociais que incidem sobre as mulheres negras pobres. A implementação das contribuições do feminismo negro junto aos alunos e às alunas, voltada ao reconhecimento das subjetividades plurais, em especial as negras, fortalece a construção de espaços que destacam a centralidade das mulheres negras e suas contribuições para uma educação acolhedora, além de legitimar e dar visibilidade às suas lutas por ocupação de espaços na sociedade.

Referências

CARNEIRO. Sueli. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser.** Rio de Janeiro, Zahar, 2023.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo: 2018.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Organização de Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

Recebido em: 02/2026
Aprovado em: 05/2026